

Sertório Teixeira, Luiz. **Territorialidades no centro de Rondônia – Brasil.** Informe final del concurso: Las deudas abiertas en América Latina y el Caribe. Programa Regional de Becas CLACSO. 2008.

Disponible en: <http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/ar/libros/becas/2008/deuda/serto.pdf>

www.clacso.org

RED DE BIBLIOTECAS VIRTUALES DE CIENCIAS SOCIALES DE AMERICA LATINA Y EL CARIBE, DE LA RED DE CENTROS MIEMBROS DE CLACSO

<http://www.clacso.org.ar/biblioteca>

biblioteca@clacso.edu.ar

Territorialidades no centro de Rondônia – Brasil

Luiz Sertório Teixeira*

“Aquilo que para o Brasil litorâneo é a história mais remota, só registrada nos documentos da colonização, para o Brasil interior é crônica atual.

[...]

De um lado, são índios armados de arco e flechas que, do recesso de suas matas, olham o brasileiro que hoje avança sobre suas terras, [...]. De outro lado, são brasileiros engajados nas frentes de expansão da sociedade nacional que avançam por uma terra que consideram sua e vêem no índio uma ameaça e um obstáculo.” (Ribeiro, 1970: 13).

Apresentação

O presente trabalho discute os conflitos sociais por espaço e ou por recursos naturais, em uma das muitas frentes de expansão da produção capitalista do espaço em território brasileiro. Estes conflitos serão agora abordados através da análise da dinâmica das territorialidades presentes em uma zona de contato pluriétnico, constituída entre a Terra Indígena (TI) Uru-Eu-Wau-Wau e seu entorno, localizada no centro-oeste do estado brasileiro de Rondônia.

Analisaremos a problemática da conformação e evolução da produção do espaço pelos diferentes grupos sociais, a conformação das diversas territorialidades atuais e seus respectivos processos de territorialização em um espaço que, como veremos, se revela contraditório. Tendo de um lado a globalidade do capital, em suas diferentes escalas de ação se internalizando nos lugares afim da inserção desses na divisão internacional do trabalho, contribuindo com a extração da mais-valia planetária; e de outro os diversos agentes sociais locais que à esta inserção, subalterna, perversa e intolerante convivem e resistem.

O domínio naval do oceano Atlântico e a conquista do continente americano pelos europeus são o início do processo moderno-colonial que, analisado geograficamente, pode ser compreendido como composto de três movimentos principais: a expansão das relações capitalistas, como movimento dominante e indutor, a migração com o capital e a migração por fuga e ou expulsão. Estes movimentos constituíram e constituem boa parte do conteúdo social da formação do atual território brasileiro e embora diferenciados, são, como veremos, eminentemente combinados.

A expansão capitalista sobre os recursos passíveis de produção e acumulação de riqueza seria o movimento fundante e hoje atinge seu grau mais amplo como globalização econômica; o primeiro dos movimentos migratórios tratados abrange a realização contínua dos grupos sociais desapropriados dos meios de produção que, conforme a expansão do capital ocorre, a seguem na busca de trabalho assalariado. Já o segundo tipo de migração ocorre pela contínua resistência à proletarianização, na busca constante da reprodução social sem a sujeição, ao menos por completo, às relações possíveis dentro do capitalismo. Este segundo tipo de migração é realizado tanto pelos que já experienciaram as mazelas das relações capitalistas, sejam eles de origem européia, africana, crioula, ou indígena; assim como por grupos que não estabeleceram contato e/ou relações diretas com a modernidade e as relações capitalistas, como é o caso de muitos grupos indígenas que sofreram a conquista territorial e que vêm resistindo ao completo etnocídio ou aculturação desde então.

Cada um dos movimentos elencados são bem mais complexos, mas o importante em destacá-los é o fato da contínua existência deles, independentemente da mudança dos agentes constituintes e das inúmeras alterações de estratégia ao longo de sua realização, eles seguem seu curso ainda hoje. Apresentam porém níveis de criticidades nunca antes vistos e é neste contexto de criticidade que desenvolveremos nossas discussões.

* Bacharel em Geografia pelo Departamento de Geografia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo (FFLCH-USP) e mestrando em Geografia pelo Programa de Pós-Graduação em Geografia do Instituto de Geociências da Universidade Federal Fluminense (IG-UFF).

Vivemos hoje em um mundo sobre uma forte tendência de o capitalismo avançar sobre todas as atividades econômicas, sobre todos os lugares e sobre todos os indivíduos. Fazendo-os ingressar na divisão internacional do trabalho. Ou como escreve Edgardo Lander: "[...]. A sociedade liberal, como norma universal, assinala o único futuro possível de todas as outras culturas e povos. Aqueles que não conseguirem incorporar-se a esta marcha inexorável da história estão destinados a desaparecer." (Lander, 2005: 34). No entanto este avanço faz ebulir inúmeras reações sociais tanto no sentido de sua marcha, a ampliando e estimulando, como, em sentido contrário, questionando-a enquanto única opção posta e a ela resistindo. Evidentemente que o processo de expansão geográfica da divisão internacional do trabalho sempre foi acompanhado de resistência, porém esta resistência ocorria, dentre outras formas, através da migração dos grupos sociais que não compactuavam com suas formas de expropriação e exploração típicas do processo de acumulação capitalista.

O diferencial crítico contemporâneo advém da crise das relações de produção, sempre presente no capitalismo, que segue seu curso produzindo e reproduzindo expropriação, exploração e miséria, juntamente com dois outros elementos até então não existentes - ao menos nas proporções atuais. Um consiste na crise do modo de produção-consumo urbano-industrial - também conhecido como crise ambiental - e o outro é o que podemos chamar de escassez espacial, diminuindo a possibilidade de refúgio e/ou "válvula de escape" social para as mazelas produzidas no processo de reprodução do capital. Atualmente vemos os últimos rincões até então deixados de lado, sendo objeto de cobiça e disputa. Neles "aparecem" grupos sociais que não víamos, que eram invisíveis, considerados extintos ou em vias de. O fato é que eles aparecem agora como empecilho à expansão do capital. Contraditoriamente confinados em territórios que um dia foram lugar de liberdade. Neste contexto a importância e a análise política e cultural dos lugares vêm sendo reavaliada e defendida, frente aos processos homogeneizantes, assim como configurando a emergência de novas territorialidades.

Ao longo do processo homogeneizante posto em marcha, primeiro pelos ibéricos, depois pelo norte da Europa e por último pelos Estados Unidos da América do Norte, desenvolveram e desenvolvem impérios baseados em uma alteridade uni linear, negada às sociedades vítimas da expansão moderno-colonial. Pretendemos aqui contribuir para a construção do que Enrique Dussel chamou de Trans-Modernidade. Sendo que a realização desta "[...] seria agora a passagem transcendente, na qual a Modernidade e sua Alteridade negada (as vítimas) se co-realizariam por mútua fecundidade criadora. O projeto transmoderno é uma co-realização do impossível para a Modernidade; ou seja, é co-realização de solidariedade, que chamamos de analéptica, de: Centro/Periferia, Mulher/Homem, diversas raças, diversas etnias, diversas classes, Humanidade/Terra, Cultura Ocidental/Culturas do mundo periférico ex-colonial, etc.; não por pura negação, mas por *incorporação* partindo da Alteridade." (Dussel, 2005: 66).

Neste contexto, e na ótica da análise geográfica, é possível perceber que as formas de organização social no espaço estão sendo questionadas e sedentas de reconfigurações. A clareza e entendimento da contextualização do objeto de estudo frente à escalas espaço-temporais mais ampla se faz necessária para que as ações políticas dos diferentes agentes sociais nele envolvidas sejam exitosas e de fato consigam superar as mazelas socialmente produzidas e reproduzidas, uma vez que a relação estabelecida pelos processos homogeneizantes é desigual e baseada na subalternidade.

Para caminharmos neste rumo é válido destacar a preocupação levantada por Arturo Escobar e lembrada por Edgardo Lander acerca da composição da economia ocidental que é geralmente pensada apenas como um sistema de produção: " 'Da perspectiva da antropologia da modernidade, entretanto, a economia ocidental deve ser vista como uma instituição composta de sistemas de produção, poder e significação. Os três sistemas uniram-se no final do século dezoito e estão inseparavelmente ligados ao desenvolvimento do capitalismo e da modernidade. Devem ser vistos como formas culturais através das quais os seres humanos são transformados em sujeitos produtivos. A economia não é apenas, nem sequer principalmente, uma entidade material. É antes de mais nada uma produção cultural, uma forma de produzir sujeitos humanos e ordens sociais de um determinado tipo (Escobar,

1995: 59).'" (Lander, 2005: 44). E a América Latina seria hoje, na atual ordem mundial Segundo Walter Mignolo“

"[...] a América Latina é hoje, na ordem mundial, produto da diferença colonial originária e de sua rearticulação sobre a diferença imperial que se gesta a partir do século XVII na Europa do Norte e se restitui na emergência de um país neo-colonial como os Estados Unidos." (Mignolo, 2005: 96).

A conjuntura destes elementos abre perspectivas políticas talvez nunca antes configuradas para mudanças significativas no modo de produção, nas relações sociais e na produção do espaço.

Nos questionamos como, no contexto capitalista neoliberal, o encontro e convívio entre agentes com interesses e anseios tão diversos se dá no âmbito de suas práticas territoriais. Como vem ocorrendo a dinâmica das territorialidades na zona de contato entre a TI Uru-Eu-Wau-Wau e seu entorno, onde convivem grupos em diferentes estágios e formas de relacionamento/integração com a sociedade moderno-colonial.

Entendemos que seja fundamental o estudo de áreas que abrigam interesses ambientais estratégicos para o Planeta e para a humanidade - como nascentes de importantes bacias hidrográficas, assim como florestas com grande riqueza e biodiversidade - às culturas de grupos humanos que tiveram um processo de desenvolvimento social, intimamente relacionado com a floresta estabelecendo uma exploração não tão predatória; e diferenciado do europeu ocidental e que recentemente convivem num destrutivo diálogo de iguais de grupos desiguais. As relações interculturais originadas nesse convívio vêm sendo, na maioria das vezes, danosas e perversas aos grupos indígenas, que são hoje sobreviventes do processo colonial, que nos deixou (enquanto sociedade envolvente, dominante) a colonialidade como um dos aspectos culturais chave no entendimento do problema a que agora nos questionamos. "Aníbal Quijano caracterizou as independências dos países da América dizendo que entre nós o fim do colonialismo não significou o fim da colonialidade". (Porto-Gonçalves, 2005: 07; Quijano, 2000). Díaz-Polanco trata essa permanência do colonialismo como "(...) problemas contemporâneos de neocolonialismo e especificamente de *colonialismo interno*." (2004: 46).

A Problemática da tensão, do conflito ou convívio harmônico e/ou tolerante entre as diferentes territorialidades, num contexto como o apresentado na área que escolhemos para estudo, é muito diverso e rico para analisarmos e podermos contribuir com a discussão e com os grupos que lutam pela sua autodeterminação e pela garantia e respeito aos seus territórios.

A área de estudo

A Zona constituída entre a TI e seu entorno foi escolhida como área foco do estudo, por se tratar de uma área onde vem ocorrendo, nas últimas décadas, transformações aceleradas no espaço. A extração de madeiras comerciáveis e a substituição da floresta basicamente por pastos para a pecuária, assim como, em menor escala, para outros usos agrícolas de campo aberto, fazem dela uma das frentes de desmatamento mais avançadas e aceleradas da Floresta Amazônica.

Antes destas transformações, porém, a área passou por outras alterações de conteúdo social relevantes. O processo migratório indígena propiciado pela reverberação dos efeitos da conquista europeia e suas incursões nos canais principais dos rios da bacia amazônica, em busca das drogas do sertão, de ouro, prata e de índios foi a primeira; o trânsito efetivo de europeus pela região se deu pelo sul, por Cuiabá no século XVII buscando ouro e, na falta deste, índios; depois dois momentos importantes foram os dois ciclos de extração do látex, respectivamente durante a segunda metade do século XIX e início do XX e depois durante a segunda Grande Guerra, período em que ocorreu as primeiras incursões aos altos cursos dos afluentes tanto do Madeira como dos demais grandes afluentes do Amazonas; e por fim, a partir de meados do século XX, iniciaram as incursões para a pesquisa e extração mineral, tanto garimpeira quanto empresarial.

A região em que está inserida a Terra Indígena Uru-Eu-Wau-Wau serviu e serve como lugar para o exercício das territorialidades dos Uru-Eu-Wau-Wau (ou Jupaú), dos Amondawa, dos Juma, dos Oro Win, dos Cabixi, dos Puruborá, dos Yvyraparaquara (ou Pariquara), dos Jururei e de alguns outros grupos autônomos não identificados. Todos esses grupos vêm sofrendo inúmeras

interferências de agentes da sociedade capitalista (ou sociedade envolvente, dominante) como madeireiros, etnobiopiratas (Porto-Gonçalves, 2005: 25), colonos de assentamentos do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), mineradoras, garimpeiros, grileiros, grandes proprietários rurais e comunidades agroextrativistas.

Inúmeros agentes sociais chegaram em Rondônia através dos vários processos migratórios e trouxeram práticas espaciais, que continham aspectos e características das formas de uso e transformação do espaço de outros lugares, dos seus lugares de origem. Estes aspectos e características, juntamente com outros, ligados aos contextos do fluxo migratório a que estavam vinculados, conformaram a base social para as alterações espaciais e territoriais por eles realizadas. Estas ocasionaram e ocasionam inúmeras alterações físicas e sociais que culminaram e culminam em uma série de tensões por interesses contraditórios para o uso e fim social do espaço, assim como configuram e reconfiguram territórios.

“[...] para as sociedades indígenas, o contato com os brancos sempre traz em seu bojo um enigma grave e conflituoso. Tal como afirma Albert, ‘as extremas disparidades de sentido e de potência que essa colisão histórica instaura abrem seus sistemas culturais para uma dinâmica de reestruturação constantemente desafiada pelo desenvolvimento complexo das situações de contato. (1992, p.152)’” (Pinto, 2002: 408).

As relações sociais impostas aos grupos indígenas, têm como uma das bases contraditórias as diferenças de valor advindas do convívio de diferentes racionalidades e por consequência de diferentes territorialidades. Sendo de um lado o valor abstrato do capital (valor de troca) e de outro o valor de uso. Com essa diferença temos como questão mais evidente a relação estabelecida com o espaço, base para o exercício das territorialidades, sendo o espaço considerado possuidor de valor de troca pela sociedade capitalista e dotado de valor de uso aos grupos indígenas. Assim como outros aspectos culturais que dependem de uma constituição espacial diferenciada - as monoculturas do modo de produção industrial-urbano de um lado e a floresta do outro. O não respeito à diferença e seu uso visando exploração, lucro e acumulação parecem tender à degradação social, colocando em risco a perpetuação de uma qualidade ambiental mínima, necessária à manutenção dos processos ecológicos e da reprodução dos diferentes modos de vida.

A relação entre as diferentes formas de territorialidades exercidas pelos inúmeros agentes sociais presentes na área foco das análises é muito dispare. Grandes proprietários, grupos econômicos e o Estado, assim como algumas organizações da sociedade civil (nacionais e internacionais) disputam interesses na área e dispõem de todo o ferramental tecno-científico-informacional (Santos, 1996) contemporâneo; enquanto os grupos indígenas e mesmo os colonos dos assentamentos rurais, dispõem apenas dos conhecimentos empíricos de suas vivências cotidianas nos lugares onde habitam. Trata-se de um espaço contraditório no qual temos de um lado, a globalidade do capital, em suas diferentes escalas de ação se internalizando nos lugares, afim da inserção desses na divisão internacional do trabalho, contribuindo com a extração da mais-valia planetária; e de outro os diversos agentes sociais locais que à esta inserção, subalterna, perversa e intolerante resistem de diferentes formas e intensidades.

Nos questionamos então como, no contexto capitalista neoliberal, o encontro e convívio entre agentes com interesses tão diversos se dá no âmbito de suas práticas territoriais. Como se dá a dinâmica das territorialidades num lugar onde convivem grupos humanos em diferentes estágios e formas de relacionamento/integração com a sociedade moderno-colonial.

A Terra Indígena em questão é resultado de um complexo e longo processo de expansões, migrações e lutas por território, no qual grupos indígenas conseguiram garantir, até mesmo antes do contato “pacífico”, o reconhecimento de direitos por seus territórios perante o Estado brasileiro. O reconhecimento oficial veio com a demarcação homologada através do decreto 275 de 29/10/91 da Presidência da República (CIMI-RO, 2002:115) e seu registro no Cartório de Registro de Imóveis (CRI), que por sua vez estão devidamente registrados no Secretaria de Patrimônio da União (SPU). (Rolla; Ricardo, 2004).

Apesar do processo de demarcação, homologação e registro da Terra Indígena terem sido

concluídos a integridade territorial e o efetivo exercício das territorialidades dos grupos indígenas continua sendo abalado por diversas ações como: a sobreposição de seringais, glebas de pesquisa e exploração mineral, furtos constantes de madeira, apropriação de conhecimento sobre plantas e suas propriedades, sobreposição de glebas de assentamento do INCRA e de Unidade de Conservação de Proteção Integral - sendo que a Terra Indígena (TI) Uru-Eu-Wau-Wau é a maior do Estado de Rondônia, com 1.867.117ha, abarcando 7,68% do Estado (INCRA-SR/17, 1996), dos quais estão sobrepostos cerca de 55.000ha ao Assentamento Burareiro do Incra, na porção norte da TI (O mandado de reintegração de posse para a FUNAI foi expedido em 16 de agosto de 2005, mas a reintegração ainda não ocorreu) e 764.801ha ao Parque Nacional (PARNA) dos Pacaás Novos (Rolla; Ricardo, 2004) - além da própria delimitação da Terra Indígena. Essas ações produzem e reproduzem espaço, o reconfigurando e o revalorizando, relacional e constantemente em sua integralidade, dando novo suporte às ações presentes e do porvir, complexificando as relações e alterando a dinâmica e os conteúdos das territorialidades vividas nos lugares.

"[...] a sociedade e a classe política rondoniense têm considerado essa área indígena [a TI Uru-Eu-Wau-Wau] como descabida por sua imensidão (*sic*), principalmente quando confrontada ao total de indígenas que nela vive. Nessa perspectiva, o que ressalta é a equação área *versus* realidade demográfica (Simonian, 1993), mas ninguém se pergunta o porquê de hoje serem encontrados, ao todo, menos e 150 indígenas nessa área (*id.*, 1997,n.c.)[hoje a população contactada é de pouco mais de 200 índios]. Assim que, independentemente de uma relação, os não-indígenas locais se recusam a considerar a importância de garantir tal espaço para os indígenas já submetidos e para os que ali vivem na condição de autônomos." (Simonian, 1999: 72).

Observando tanto em imagem de satélite como em campo é possível perceber que o limite da TI praticamente coincide, em suas porções leste e, em parte da norte e sul, com o limite atual da floresta conservada. A parte oeste, por sua vez, ainda está florestada e conta com um mosaico de terras indígenas e unidades de conservação que cobrem integralmente o espaço entre a TI Uru-Eu-Wau-Wau e o limite da fronteira do Brasil com a Bolívia.

O estado de Rondônia apresenta atualmente uma grande área desmatada ao longo da rodovia BR-364, que segue de Cuiabá para Porto Velho, no sentido sudeste □ noroeste, tendo a TI Uru-Eu-Wau-Wau à oeste a uma distância que varia de 45 a 80 quilômetros, aproximadamente entre os municípios de Presidente Médici e Ariquemes. Outros relevantes eixos de expansão do desmatamento no Estado se desenvolvem ao longo das margens, e vias vicinais, das Rodovias BR-429 e BR-421, respectivamente ao sul e ao norte da TI Uru-eu-Wau-Wau. Ambas se iniciam junto a BR-364 sendo que a primeira parte da cidade de Presidente Médici e segue para oeste-sudoeste até a cidade de Costa Marques, na divisa com a Bolívia e a segunda parte da cidade de Ariquemes e segue para sul-sudoeste até a cidade de Campo Novo de Rondônia de onde segue para oeste até a divisa boliviana, junto à cidade de Guajará-Mirim (este último trecho apesar de não constar nos mapas oficiais já existe na realidade).

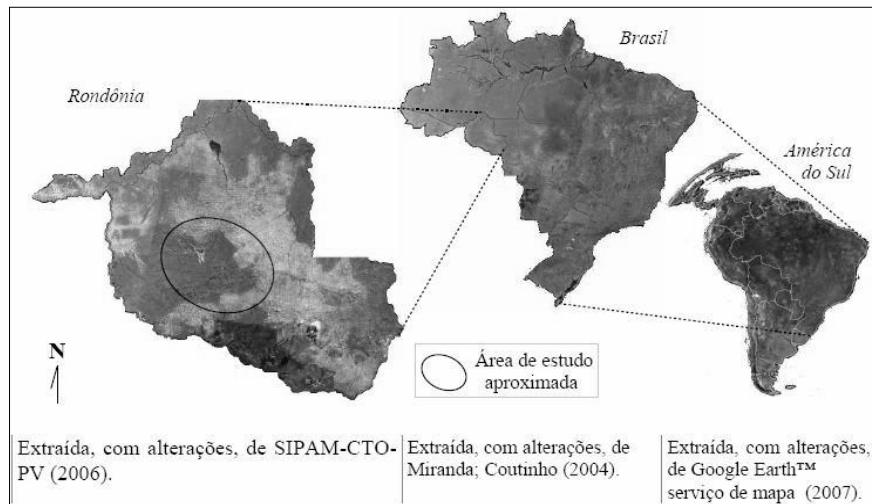
A área de estudo está inserida, morfoclimaticamente, na zona de transição entre o domínio do Cerrado e o domínio da Floresta Amazônica. Observando sua localização dentro da distribuição fitogeográfica, percebemos que nela ocorrem os ecossistemas de terras firmes (Ab'Saber, 2002: 7), assim como enclaves fitogeográficos de Cerrado, apresentando fisionomia de Campos Rupestres no alto das serras (área onde estão concentradas boa parte das nascentes hídricas do estado de Rondônia) e em outras partes os Campos Cerrados. Estes enclaves de Cerrado são testemunhos de mudanças climáticas e paleoclimáticas do período quaternário, explicáveis pela Teoria dos Redutos e Refúgios (Ab'Saber, 2003: 145-6). Em outras imagens de satélite é possível perceber que os enclaves fitogeográficos de Campos Rupestres presentes na área de estudo são alguns dos últimos presentes na Floresta Amazônica no noroeste brasileiro.

As imagens de satélite a seguir apresentam a localização da área de estudo. Nelas é possível perceber o tamanho e a escala do impacto na cobertura vegetal já produzido pelo desmatamento, que fica evidente na imagem 1, que mostra o estado de Rondônia. Nas outras duas imagens (2 - Brasil e 3 - América do Sul), é possível perceber apenas, se observadas com atenção, o eixo de

desmatamento da BR-364. Em ambas as imagens a área desmatada aparece em um tom de cinza mais claro que o entorno, que mostra as áreas ainda com florestas.

Imagens 1, 2 e 3

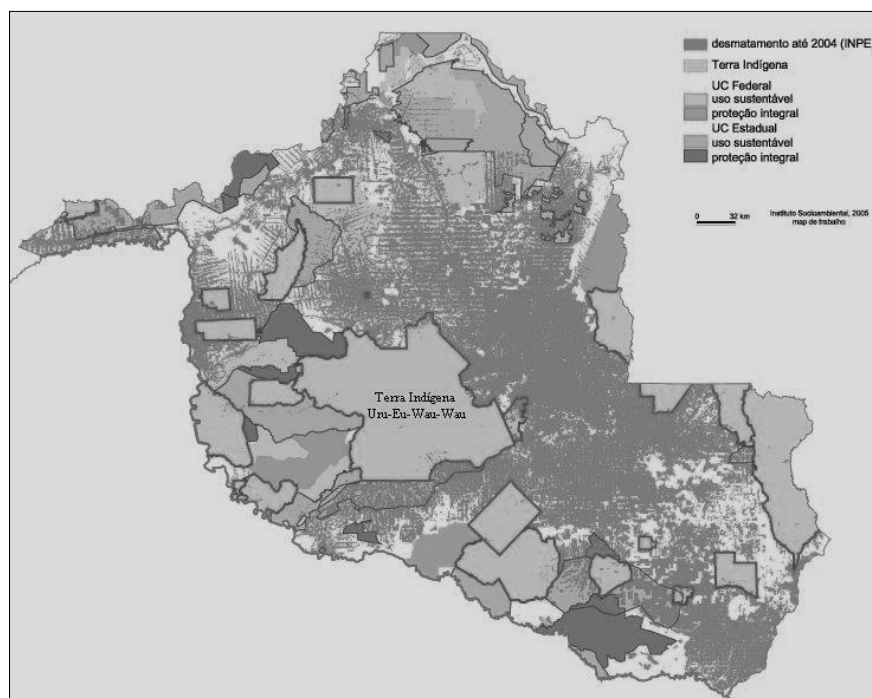
Localização da área de estudo



Para concluirmos a apresentação disponibilizamos um mapa mostrando os limites das Terras Indígenas e das Unidades de Conservação frente ao desmatamento no ano de 2004, segundo dados do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE).

Mapa 1

Estado de Rondônia – Desmatamento Terras Indígenas e Unidades de Conservação



Extraído, com alterações, de ISA (2005).

Territorialidades

Entendemos que a geografia estuda a relação estabelecida entre as sociedades humanas e seus respectivos meios e que juntos compõem o espaço geográfico, ou seja, estuda o espaço produzido e em produção pelas sociedades. E que este: “[...] reflete, em suas formas, as estruturas sociais existentes, as suas contradições, de acordo com a dominação política, consagra os desníveis sociais e agudiza a exploração das classes menos favorecidas. Ele é um reflexo da sociedade organizada, testemunha e sofre as transformações que se exercem nesta sociedade. [...]” (Andrade, 1989:38-9).

A infinidade de agentes sociais, coletivos ou não, produzem espaço de acordo com suas necessidades, interesses e possibilidades que, por sua vez são contingência da situação em que se encontram. Entendendo-se por isso o momento histórico, a localização, o nível de capitalização e disponibilidade de recursos, bem como sua formação e posicionamento político.

Como as necessidades e interesses dos agentes sociais muitas vezes se contrapõem, embates políticos por espaços se configuram. Suas resoluções, de longa ou curta duração, definem usos específicos para determinada parcela do espaço, em benefício de um ou mais agentes sociais e em detrimento de outros, configurando um território. E este, por sua vez, pode conter diferentes níveis de exclusividade.

O conceito de território vem sendo trabalhado não só dentro das discussões geográficas, mas também dentro de outras ciências sociais, como é o caso da Antropologia. Porém o que vemos, tanto fora como, em parte, na Geografia, é que ele vem sendo utilizado de maneira que seu aspecto político - que ao nosso ver é o que ele contém de essencial e o que o torna necessário - vem perdendo força. Queremos destacar agora o nosso entendimento de que o território é o conceito político construído para a discussão do espaço ou a: “[...] dimensão política do espaço é o território.” (Martin, 1993:17). E como as relações políticas são expressas e efetivadas no espaço seria o que estamos entendendo por territorialidade.

Martin destaca que Ratzel procurou definir o território a partir da propriedade “[...] concebendo-o como uma parcela da superfície terrestre identificada pela posse, ou seja, trata-se do espaço dominado por uma comunidade ou um Estado.” (Martin, 1993: 29). Neste caminho podemos apontar também o reforço à idéia do território como algo exclusivo e por isso excludente, como destaca Porto-Gonçalves mais recentemente: “[...] É com base na propriedade privada que se instaura a idéia de territórios mutuamente excludente que, [...], começa com uma cerca na escala do espaço vivido e se consagra pelo Direito Romano em escala nacional.” (Porto-Gonçalves, 2006: 289).

Sack destaca que tanto o território como a territorialidade não existiriam se não houvesse uma tentativa de indivíduos ou grupos afetarem as interações de outros no espaço. Sendo a territorialidade um tipo particular de comportamento no espaço - a delimitação e afirmação do controle sobre uma área geográfica, um território (Sack, 1986: 22-38). E que seu tamanho varia com a delimitação de novas fronteiras: "As fronteiras de um território e os meios pelas quais elas foram comunicadas não são inalteráveis. Propriedades mudam de tamanho, da mesma forma os estados. (...)". (Sack, 1986:24).

Raffestin descreve o território dizendo que no ato de apropriação de um espaço, seja ela concreta ou abstrata, há a constituição de um território no espaço, há uma territorialização do espaço. “O território, nessa perspectiva, é um espaço onde se projetou um trabalho, seja energia e informação, e que, por consequência, revela relações marcadas pelo poder.” (Raffestin, 1980: 144). Seguindo o entendimento de que o território seria o ato de apropriação concreta ou abstrata do espaço é que desenvolveremos nossa arguição acerca da territorialidade. E partindo da idéia de que todo território tem um aspecto abstrato e outro concreto, podemos dizer que todo território tem um aspecto concebido e outro vivido.

É na dinâmica político-espacial, entre os agentes sociais, que se dá o exercício das territorialidades. Estas seriam a prática social do conjunto dos aspectos concebido e vivido de cada território. Cada território teria uma territorialidade específica e esta seria a prática territorial do

agente social. Ou seja um agente social concebe um território, mas o vive através da territorialidade. Assim como esta alimenta as concepções atuais e futuras sobre o território.

Souza destaca uma importante faceta do conceito de território que nós ajudará na abordagem que estamos tendo frente ao nosso objeto de estudo. Esta faceta se refere a necessidade de superação da idéia embutida na concepção clássica de território que o vê como exclusivo de um poder. “Do ponto de vista empírico, isto é, indubitavelmente banal; onde residiria a dificuldade em aceitar que, superpostos a território nacional e como um subconjunto dele, encontra-se por exemplo, a área de exercício da competência do poder estadual e, dentro desta, aquela do poder municipal? [...]. Não apenas o que existe, quase sempre, é uma superposição de diversos territórios, com formas variadas e limites não-coincidentes, como, ainda por cima, podem existir contradições entre as diversas territorialidades, [...].” (Souza, 1995: 94). Aqui vale uma ressalva, pois nós consideramos que cada território tem seu poder específico, e o que ocorre é a sobreposição de territórios em um mesmo espaço. Em um mesmo lugar podem haver muitos territórios.

Em um mesmo lugar no espaço mais de um território podem estar presentes, pois diferentes podem ser suas dimensões e conteúdos. A dinâmica social ao longo do tempo acaba configurando novas territorialidades que por vezes se sobrepõem como uma nova dimensão às dimensões territoriais pré-estabelecidas: “(...), a territorialidade (...) reflete a multidimensionalidade do ‘vivido’ territorial pelos membros de uma coletividade, pelas sociedades em geral.” (Raffestin, 1993:158). A perspectiva unidimensional “[...] dos que tomam as decisões se contrapõe a multidimensionalidade da vida inscrita na geografia de cada dia, *locus* de conformação da subjetividade. A percepção remota, o sensoramento remoto, ignora a percepção imediata do espaço vivido” (Porto-Gonçalves, 2001: 234).

Novas territórios estabelecidos sobre um determinado lugar agregam, em maior ou menor intensidade, novos conteúdos sêmicos aos territórios anteriormente estabelecidos. Da mesma forma que uma área que deixou de ser território para um grupo social, continua fazendo parte do conteúdo de sua territorialidade, pois essa carrega conteúdos sêmicos que englobam também o antigo território, conformando ininterruptamente aspectos culturais dos grupos. Ou seja o processo de territorialização ocorre juntamente com o processo de desenvolvimento cultural. Cada grupo social carrega em sua cultura elementos que foram experienciados ou concebidos nos lugares onde vive hoje o grupo social, assim como em elementos experienciados e ou concebidos em lugares que hoje não se vive, não sendo portanto nem seu território, quando muito estando em uma zona de fronteira. Portanto os territórios antigos podem estar presentes quando do exercício das territorialidades contemporâneas em forma de experiência ou vivida espacialmente ou passada através da cultura.

A consideração dos conteúdos culturais presentes nas diferentes dimensões territoriais é importante para o entendimento da complexa realidade social conteúdo do espaço. Pois assim os pontos de vista das muitas territorialidades se tornam mais claros, contribuindo para o entendimento de cada grupo perante os outros, aumentando a qualidade da negociação política, quando fins territoriais contraditórios se tencionam, como é o caso da temática tratada.

Poderíamos dizer aqui que a cultura seria mais fluida que o processo de territorialização, que as territorialidades e principalmente que as tensões territoriais. Sendo a zona de fronteira tanto espacial, quanto cultural o lugar mais interessante para o entendimento dessas dinâmicas socioespaciais. Pois, é nelas que aspectos culturais se reafirmam, são alterados, são inseridos, reinterpretados, conforme as situações político-espaciais e culturais.

Os detentores de poder sobre os territórios, ao conceberem e realizarem ações, dentro das suas finalidades, o fazem, na maioria das vezes, sem a consideração da multiplicidade territorial que existe sobre aquele espaço sobre o qual também está estabelecido seu território, dando origem a inúmeros conflitos e contradições no exercer das respectivas territorialidades.

Trabalharemos as territorialidades estabelecendo uma relação dialética entre seus conteúdos concebidos e vividos. O concebido considerando as diferentes representações e suas formas e conteúdos políticos e ideológicos e o vivido considerando o lugar vivido, o espaço com conteúdo, que tem como faceta política a territorialidade.

A territorialidade seria o lugar do encontro, da relação entre os aspectos do lugar vivido e os aspectos políticos das concepções territoriais. Sendo ao mesmo tempo o lugar vivido com conteúdo político - o lugar vivido territorializado; e o vivido do território - conteúdo territorial espacializado.

Souza nos ajuda a caminhar para onde queremos ao dizer que os territórios seriam não espaços concretos, mas sim projeções das relações sociais no espaço, e este seria apenas o substrato material das territorialidades (Souza, 1995: 87).

Para abarcarmos as diversas territorialidades dos muitos tipos de agentes sociais, suas contigüidades, simultaneidades e sobreposições atuais, analisaremos os respectivos processos de territorialização, os conflitos, tensões e contribuições presentes na área foco das análises no atual contexto de dominância do capitalismo neoliberal, assim como ao longo de seu processo constituinte.

Territorialidades no centro de Rondônia

Passamos agora a descrever e analisar um pouco dos processos de territorialização, as formas de uso do espaço, a constituição dos inúmeros territórios e os respectivos exercícios das territorialidades; a constituição dos conflitos e contradições constituídos e constituintes da conformação sócio-espacial contemporânea que envolvem a área foco do estudo e seus agentes sociais. A acomodação dos territórios e das territorialidades, as problemáticas e estratégias praticadas pelos diversos agentes a cada nova reconfiguração, as articulações de defesa e resistência e ou cooptação à inserção de novas finalidades provenientes de escalas mais amplas, inicialmente externas às relações vividas no cotidiano da espacialidade contígua.

O processo que levou a demarcação da Terra Indígena (TI) Uru-Eu-Wau-Wau foi marcado por inúmeros conflitos. Desde o início do século XX (1909) há registro e indício de presença indígena na região, inclusive com localização de malocas, porém é só em 1976 que a presença dos Uru-Eu-Wau-Wau é registrada oficialmente, com a localização de três malocas nas proximidades da Serra dos Pacaás Novos, junto às cabeceiras dos rios Branco, Cautário e Sotério e outra próxima a cachoeira do Mutum, no igarapé Souza Coutinho (Kanindé, 2002: 11).

O modo determinado e aguerrido que guerreiros Uru-Eu-Wau-Wau (e Kawahib em geral), ao longo de todo o século XX, lutaram para a manutenção de seu território, foi fundamental para a sua demarcação. Segundo relatos dos índios e registros históricos a extensão de seu território era bem mais extensa que os atuais limites da Terra Indígena demarcada, tendo como limites o rio Madeira (ao norte), o rio Machado (a leste), o rio Guaporé (ao sul) e o rio Mamoré (a oeste).

Segundo relatos dos Uru-Eu-Wau-Wau e dos Amondawa seus antepassados chegaram à região dos médios e altos cursos dos afluentes do Madeira, nas imediações da Serra dos Pacaás Novos, subindo pelo interflúvio entre os rios Jaci-Paraná e Jamari. Seus avós já teriam nascido onde hoje é a Terra Indígena, mas sabem que migraram por esta rota por relatos que ouviram sobre os antepassados. Os Amondawa e os Uru-Eu-Wau-Wau, na época em que subiram para onde é a Terra Indígena, eram um único grupo Kawahib e chegaram à região provavelmente fugindo de seringueiros e seringalistas do primeiro ciclo da borracha mas por desentendimentos se separaram. Os Amondawa foram viver para os lados do rio Cautário e São Miguel, enquanto os Uru-Eu-Wau-Wau ficaram pelos lados dos rios Jamari, Jaru e Urupá.

Com o declínio do preço da borracha no mercado internacional ocasionado pelo início da produção asiática, a grande maioria dos seringais foi abandonada, principalmente aqueles mais longínquos, próximo aos territórios dos índios que costumavam atacar. Este foi o caso dos seringais localizados próximos a Serra dos Pacaás Novo. Este fato possibilitou que os Kawahib retomassem o uso cotidiano de seus territórios, voltando a transitar por toda a extensão das bacias dos rios Jamari, Urupá, Jaci-Paraná, São Miguel, Jaru, Cautário, dentre outros. Porém, para os seringalistas aquelas localidades, dos seringais mais afastados, ainda eram deles.

Os dois grupos Kawahib se encontraram novamente mais recentemente, em meados do século XX, quando foram novamente acoados para o alto das serras fugindo da nova expansão dos

seringais, quando os antigos seringais fora retomados pelos seringalistas, por conta do segundo ciclo da borracha a partir da década de 1940 (ocasionado pelos altos preços da borracha no mercado internacional durante a Segunda Grande Guerra), pela implantação de lavras garimpeiras de cassiterita e ouro, e pouco depois, a partir da década de 1960, pelo sul, pelo início da retirada da floresta com o novo impulso colonizador, “[...] aparentemente para ficar e ocupar: grandes mineradoras, projetos de colonização, empresas agropecuárias e madeireiras predatórias, [...]” (Leão, 1985: 11).

Ao se encontrarem nos campos do alto da Serra dos Pacaás Novos os Amondawa e os Uru-eu-Wau-Wau quase entraram em conflito. Por sorte alguns velhos conversaram e viram que tinham parentes em comum, se reconheceram e se uniram naquele momento difícil. Os Amondawa estavam muito debilitados e vivendo apenas da caça, pesca e coleta, pois na correria da fuga não conseguiram manter suas produções agrícolas e nem suas sementes. Os Uru-Eu-Wau-Wau haviam conseguido manter a produção agrícola e repassaram as sementes aos Amondawa. Viveram juntos por um tempo, mas como tinham posicionamentos diferentes frente a questões socialmente relevantes acabaram se separando novamente.

Dois são os aspectos de discórdia e de tensão existentes até hoje entre os Amondawa e Uru-Eu-Wau-Wau. Um deles é o fato dos Uru-Eu-Wau-Wau não tratarem bem suas mulheres e os Amondawa não gostam disso e por isso não gostam de dar suas mulheres para os Uru-Eu-Wau-Wau. A consequência disso é que falta mulheres ente os Uru-Eu-Wau-Wau. Outro aspecto é a postura política frente ao inimigo. Os Uru-Eu-Wau-Wau, que foram responsáveis pela grande maioria dos ataques à seringais e assentamentos ao longo do século XX acreditam que só guerreando e matando os inimigos é que teriam a garantia de seus territórios e por consequência a possibilidade de se manterem enquanto grupo. Já os Amondawa entendem que a melhor estratégia é não entrar em conflito com os não-índios, pois assim ficariam em paz, sem serem incomodados por ataques. Os Amondawa reclamam que muitos dos massacres que sofreram ocorreram por consequência de ataque dos Uru-Eu-Wau-Wau aos não-índios. Estes após os ataques indígenas organizavam grandes expedições, chamadas de correrias, nas quais seguiam como intuito de se vingar dos índios, porém não diferenciavam os grupos Kawahib, sendo muito danoso para os Amondawa. Aqui vale destacar que a maioria dos ataques dos índios matavam poucas pessoas e em contrapartida aldeias inteiras eram dizimadas.

Antes de adentrarmos na situação atual da Terra Indígena Uru-Eu-Wau-Wau e de seu entorno apresentaremos aspectos do processo de territorialização dos grupos Tupi, para uma melhor compreensão do deslocamento dos Kawahib na região.

Aspectos acerca do processo de territorialização dos Tupi

O histórico da ocupação geográfica dos grupos Tupi pelo continente vem gerando muito debate nos meios acadêmicos, mas hoje, com o avanço de estudos lingüísticos, etnográficos e arqueológicos e independentemente da definição de um local de origem, bem como a extensão geográfica total que chegaram a ocupar, assim como as possíveis rotas migratórias, é possível estabelecer, segundo Noelli, dois tipos de movimentação espacial praticada pelos grupos Tupi, sendo a expansão territorial e a migração. Bem como “Pode-se verificar que parte dos Tupi já estava espalhada pelo Brasil há pelo menos 2000 anos atrás, em áreas muito distantes entre si e dos centro de origem propostos, tornando obsoletas as considerações originais de Martius, reproduzidas por muitos pesquisadores sobre a expansão rápida, pouco antes da chegada dos europeus.” (Noelli, 1996a: 28).

A expansão geográfica dos Tupi teria ocorrido por fatores como o crescimento demográfico, a fragmentação de aldeias por variadas modalidades sócio-políticas, assim como por questões ligadas ao manejo agroflorestal. “Pesquisas etnobiológicas e de história indígena vêm demonstrando que os territórios de domínio de alguns povos Tupi eram lentamente conquistados, manejados e longamente usufruídos, [...]”. E define conceitualmente estes deslocamentos como: “[...] *expansão*, significando distensão, alargamento, alastramento, com o sentido de ir conquistando novas áreas sem abandonar as anteriores.” (Noelli, 1996a: 11). Noelli conclui mais a frente, como resultado de

sua pesquisa que envolveu uma metodologia integradora de “[...] dados arqueológicos, lingüísticos, históricos, etnográficos, etnobiológicos e ecológicos, sobre as práticas de subsistência guarani (Noelli, 1993b), pode concluir que só é possível conceber os Tupi como povos com alto grau de sedentarismo. Uma das principais conseqüências da expansão territorial deve ter sido o crescimento demográfico, que redundava em fracionamento de aldeias. Por outro lado, a expansão deve ter sofrido resistência das populações que ocupavam as áreas pretendidas, implicando complexas relações interétnicas que deviam oscilar entre contatos belicosos e amistosos.” E destaca como um outro importante aspecto definidor do ritmo da expansão geográfica a dinâmica do manejo de plantas, o transporte de plantas conhecidas, com sua dispersão nas novas áreas, bem como o conhecimento, apropriação e manejo vegetais até então desconhecidos e que estavam presentes nas novas terras. “Em função disso uma aldeia não poderia ocupar novas terras sem preparação prévia. Não poderia mudar-se para um território muito distante das aldeias aliadas. A expansão não pode ter ocorrido por saltos; necessariamente se dava por uma anexação contínua e paulatina de áreas imediatamente adjacentes aos territórios já ocupados [...]” (Noelli, 1996a: 34).

As migrações, por sua vez, seriam “movimentações involuntárias”(Noelli, 1996b: 108), iniciadas como resultado da pressão de outros grupos vizinhos forçando o deslocamento.

Os Kawahib

Como já citado os Uru-Eu-Wau-Wau, os Amondawa, os Jururei e, provavelmente um dos outros grupos de índios autônomos¹ que habitam territórios hoje inseridos na Terra Indígena Uru-Eu-Wau-Wau, fazem parte de um grupo cultural maior conhecido como os Tupi-Kawahib.

Os Kawahib são grupos falantes da língua Kawahib, que pertencente à família lingüística Guarani, do tronco Tupi (Melatti, 1980: 36). E têm como um diferencial cultural dentre os falantes do Tupi-Guarani o fato de sua morfologia social ser segmentada em duas metades exogâmicas, característica presentes apenas neles e nos Tapirapé, dentre os Tupi (Menéndez, 1989: I).

Menéndez pesquisou os Kawahib, como uma contribuição ao estudo sobre os Tupi centrais. Neste trabalho destacou este grupo Tupi como membro de uma cultura ampla, que teria sido desenvolvida entre 5000 e 3000 a.c. e definida como “Cultura de Floresta Tropical” (Menéndez, 1989: 04; Meggers, 1977; Lathrap, 1975; Steward, 1948). Esta cultura teria se desenvolvido no interflúvio entre os rios Madeira e Tapajós, nos ambientes de floresta de várzea (sazonalmente inundada), da floresta de igapó (constantemente inundada), da floresta de terra firme (encontrada nas médias vertentes dos afluentes do Tapajós e do Madeira) e das regiões de campos cerrados e rupestres (encontradas nas cabeceiras e divisores de águas das bacias hidrográficas). Esta cultura seria “[...] caracterizada, entre outros elementos, por uma economia baseada no cultivo de tubérculos, complementada com a pesca, a caça e a coleta de frutos silvestres.” (Menéndez, 1989: 04).

No século XVIII os Kawahib se encontravam no vale do Tapajós, entre os rios Juruena e Arinos. Esta localização é apresentada no Mapa Etno histórico feito por Nimuendajú. Nele também é apontado que nesta época teria havido o início de três eixos de deslocamento dos Kawahib, sendo um para noroeste, no sentido do rio Madeira e passando pelos rios Marmelos e Aripuanã ou Roosevelt, outro no sentido oeste-sudoeste bem no rumo da Serra dos Pacaás Novos e o último para o rumo sul, subindo o rio Juruena e ingressando no igarapé sangue, onde foram encontrados em 1850. Nesta época se estabeleceu a ocupação do norte do Mato Grosso pelo não-índio, o que deve ter complicado a vida dos que foram para o sul. Além disto ao sul também se encontravam os

1 Apesar de muitos chamarem este grupos de isolados, preferimos entendê-los como grupos autônomos ou livres, já que se trata de um isolamento consciente. “Esses povos são comumente chamados, de forma inadequada, de ‘isolados’ ou ‘sem contato’. Preferimos chamá-los de ‘livres’, por não se sujeitarem a forma alguma de dominação. Não estão livres, no entanto, dos massacres, das epidemias e da usurpação de seus territórios (...)” (Heck; Loebens; Carvalho, 2005: 250). “ ‘Isolado’ significa uma simples condição de existência em relação à sociedade brasileira, mas não traduz o sentimento real e profundo dos povos indígenas assim posicionados. Acreditamos que o termo “autônomo” fala melhor do verdadeiro modo de existência desses grupos. Representa a condição de independência em que vivem os mais de 15 povos indígenas dos quais temos notícias certas.” (Gomes, 2007: 01).

Apiakás com quem os Kawahib mantinham relações conflituosas. O fato de ao norte de onde se encontravam os Kawahib no século XVIII haver o território dos Mundurucu, que segundo Menéndez (1989) também conhecidos como inimigos dos Kawahib, devem explicar o fato das rotas feitas por eles. Leão, no Relatório de identificação da TI Uru-eu-wau-wau destaca que: "Denise Meirelles formula a hipótese de que muitos Tupi Kawahib teriam vindo, no início do século XVIII, do Tapajós para o Madeira (Parintintin), e outros para os afluentes do rio Ji-Paraná. [...]" (Leão, 1985: 3). Essas informações juntamente com as informações recolhidas em campo com os Amondawa e com os Uru-Eu-Wau-Wau, nos fazem sugerir que ambos os grupos, por terem subido o Jaci-Paraná, serem descendentes dos Kawahib que saíram no século XVIII do alto Tapajós para noroeste, no rumo do Madeira. Como os dois grupos afirmam que apesar dos Jururei serem Kawahib, mas não serem parentes próximos deles, é muito provável que o Grupo Kawahib conhecido como Jururei, que hoje se encontra no sul da TI Uru-Eu-Wau-Wau serem remanescentes do fluxo migratório Kawahib que partiu do Tapajós em algum dos outros dois rumos tomados por eles no século XVIII.

Destacar agora um aspecto importante acerca da migração dos Kawahib, de uma maneira geral, da Bacia do Tapajós para a bacia do Madeira. Esta migração, a exemplo de como ocorreram as expansões Tupi, não ocorreram de modo rápido. Dizemos isto porque entendemos que os grupos indígenas que foram obrigados a migrar de modo brusco, rápido, não devem ter conseguido se manter e devem ter sido exterminados, seja por não-índios seja por grupos indígenas guerreiros que conseguiram, mesmo em migração, manter minimamente territórios para a produção agrícola anual e a manutenção de suas sementes.

O exemplo que nos fez pensar assim foi o fato de os Amondawa, no segundo ciclo da borracha, quando se reencontraram com os Uru-Eu-Wau-Wau, já estavam sem sementes, não tinham nenhuma plantação de mandioca para a colheita e estavam vivendo exclusivamente da caça e da coleta. Segundo eles mesmos, e os Uru-Eu-Wau-Wau, se eles não tivessem se reencontrado no alto da Serra, provavelmente todos os Amondawa teriam morrido, pois eram poucas pessoas e com pouquíssimos adultos e todos doentes e debilitados. Os Uru-Eu-Wau-Wau, por terem uma postura mais guerreira, mesmo naquela situação de acoamento, conseguiram através do combate, garantir a posse ao menos de parte de seus territórios e com isto garantiram a colheita de suas roças.

Portanto o processo migratório dos Kawahib, apesar de, provavelmente ter sido mais rápido do que os deslocamentos por expansão, não foram tão mais rápido assim. Outra informação que constata isto é a descrição, embora imprecisa do local de nascimento das gerações passadas. Na qual por exemplo durante a subida do rio Jaci-Paraná, cerca de três gerações transcorreram. E neste processo migratório houve a mudança das áreas de uso intenso, onde se encontram as malocas, as roças e as áreas de caça e pesca mais cotidianas, mas todas as gerações transitavam por toda a região da bacia.

Nimuendajú, que estudou os Tupi-Kawahib conhecidos como Parintintin, contribui para este entendimento ao descrever a relação com o lugar que habitavam, junto aos rios Maici e Marmelos, da seguinte forma: "[...]. A terra que estão ocupando, eles invadiram, derrotando e matando os antigos habitantes: os Torá e Múra. Como são poucos em número, o território que ocupam permanentemente, onde têm as suas aldeias e roças é, relativamente, pequeno. Irradiando deste centro eles vagam, nas suas correrias, sobre uma área muito mais extensa, sem, no entanto, ocupa-la permanentemente, mas onde, de medo dos seus ataques, também nenhum outro pode se fixar. [...]" (Nimuendajú, 1982: 87).

Leão na época em que realizou o estudo para a demarcação da Terra Indígena Uru-Eu-Wau-Wau destacou as seguintes características entre os Uru-Eu-Wau-Wau: "Entre os poucos dados recolhidos, sabe-se que os Uru-Eu-Wau-Wau são uma nação indígena de floresta de grande mobilidade espacial, dividido em grupo de parentesco cada qual com um chefe. Há aldeamento fixos em determinada época do ano e acampamentos temporários o tapiris espalhados por toda a área, onde foram localizadas várias de suas roças. As aldeias são construídas nas matas sob a copa das árvores. Durante os grandes deslocamentos se abastecem em roças localizadas em pontos

estratégicos nas quais plantam milho, a macaxeira - da qual fazem o cauim (bebida); a batata doce, cará e algodão. Não se utilizam do fumo, e a farinha é apreciada por eles e produzida artesanalmente.

Sabe-se que durante verão acompanham os cursos dos rios, onde caçam, pescam e fazem roças quase escondidas, e no inverno permanecem mais nos campos. São exímios caçadores a arco e flecha sendo o alimento predileto a carne de anta embora, cacem também queixada, o caititu, cotia e alguns pássaros. A pesca é freqüente sendo os locais considerados mais fartos, os Rios Floresta, Jamari, Cautário e Jaru. Na preparação da carne utilizam o moquem. É comum a coleta da castanha e do material para a confecção das casas, arco, flecha, cestas, etc. A taquara e a taboca são encontradas nas cabeceiras dos rios Pacaás-Nova, Cautário, São Miguel, Nova Floresta, Jamari e Urupá, assim como o barro para confecção da cerâmica." (Leão, 1985: 5).

Hoje muito mudou no modo de produção dos Kawahib. Estas mudanças porém se relacionam principalmente ao convívio com os colonos dos assentamentos agrários do entorno, por influência dos chefes de posto da FUNAI e principalmente porque eles entendem que é importante hoje ter dinheiro para poderem comprar mercadorias e produtos nas cidades e vilas do entorno.

Eles continuam pescando e caçando, coletando castanha, produzindo milhos tradicionais, embora tenham perdido a maioria das suas sementes e utilizem as sementes disponibilizadas pela EMBRAPA (Empresa Brasileiro de Pesquisa em Agropecuária). Também continuam plantando o algodão, coletando o mel nas matas e coletando uma série de frutos da floresta para consumo alimentar e para a confecção de indumentárias.

Além destas produções eles também estão implementando represas para o cultivo de peixes para consumo (como vem ocorrendo na Aldeia dos Amondawa, onde já estão implantando a terceira represa), plantam feijão, arroz, banana, café e cacau para a venda na região.

Vale destacar a venda da farinha de mandioca, principalmente pela aldeia dos Uru-Eu-Wau-Wau do alto Jamari, muito apreciada por todos da região. Ocorre até disputa para comprá-las nos mercados dos municípios quando os índios chegam para vender sua produção. Tem havido também em algumas aldeias a criação de gado, porém sem lucro nenhum parecendo que o fazem apenas por questões de status perante os vizinhos não índios.

Por fim vale destacar duas novas atividades que são muito interessantes, pois se encaixam no cotidiano das aldeias sem muito interferirem nos hábitos. Sendo a extração do óleo de copaíba e a coleta de sementes de árvores nativas para a venda. Ambas as atividades são realizadas junto com a saída para a caça, sendo que se aparece caça eles largam a atividade, mas se não eles seguem na coleta. A coleta de sementes está apenas iniciando na aldeia dos Amondawa, com a coleta de sementes de mogno. Estas sementes atingem um bom preço no mercado uma vez que poucos são os lugares que elas são encontradas hoje em dia em Rondônia.

Os Cabixi

No Mapa Etno-histórico de NIMUENDAJU, elaborado em 1944, os Cabixi (que aparecem no mapa com a grafia KABISÍ) estão representados como uma tribo que habitava a margem esquerda do rio São Miguel, próximo à sua foz no rio Guaporé, e que estaria extinta. Segundo a Regional Rondoniense do Conselho Indigenista Missionário (CIMI-RO, 2002: 20) o povo Cabixi habitava tradicionalmente a margem esquerda do rio Manoel Correia, mas no início do século XX foram atacados pelos caucheiros e passaram a habitar as cabeceiras do rio Cabixi, ambos os rios afluentes do rio São Miguel (hoje dentro do município de Guajará-Mirim). O contato ocorreu por volta de 1912 e teve ajuda dos Puruborá. A partir de então os Cabixi foram morar num barracão de seringa junto com nordestinos e puruborás em outra parte do rio Manoel Correia. Em 1919, após a morte de um não indígena, os Cabixi fugiram para o rio Cabixi e, após buscas em vão de um encarregado do Serviço de Proteção ao Índio (SPI), os Cabixi seguiram para o povoado de Limoeiro (terra tradicional dos Miguelem), onde seguiram trabalhando para patrões arrancando poaia e cortando seringa junto com Miguelems, nordestinos e Puruborás. Com a criação da Reserva Biológica do Guaporé o povoado de limoeiro foi evacuado entre 1983 (ano de criação da Reserva) e 1985. Hoje, segundo o CIMI-RO, o povo Cabixi está resumido a uma família. A língua Cabixi, que pertence à

família Txapacura, é hoje extinta e os únicos remanescentes do povo (CIMI, 2002: 20).

Os Oro Win

Da família Txapacura. Hoje são 79 pessoas morando em duas aldeias a São Luiz e Pedreira, ambas dentro da TI Uru-Eu-Wau-Wau, na cabeceira do rio Pacaás Novos, no município de Guajará Mirim e algumas pessoas se encontram na TI Pacaás Novas. São parte de um grupo maior composto de sete clãs que foram extintos nas décadas de 50 e 60 com a realização de vários massacres. “Os Oro Win já não tinham pra onde fugir, pois de um lado estavam cercados pelos seringalistas, do outro pelos Uru-Eu-Wau-Wau e pela Serra. (...)” (CIMI, 2002: 57).

Os Puruborá

Segundo a Regional Rondoniense do Conselho Indigenista Missionário (CIMI-RO, 2002: 59) os Puruborá foram contatados em 1919 pelo Marechal Rondon e o funcionário do SPI, José Félix do Nascimento ficou junto com os Puruborá na região do rio Manoel Correia, afluente do rio São Miguel, em um lugar conhecido como Colônia ou Posto 2 de maio. No mesmo ano do contato Marechal Rondon demarcou o território dos Puruborá, que foi novamente demarcado em 1925 pelo Doutor Benjamim Rondon (filho do marechal). O encarregado do SPI deixava que seringueiros trabalhassem dentro do território Puruborá, não permitia que os Puruborá fizessem suas festas e organizava festas de brancos. Nestas muitas moças Puruborá se aproximaram e se juntavam aos seringueiros. Como muitos outros Puruborá foram acometidos por doenças advindas do contato, muitas crianças ficaram órfãs e foram criadas por seringueiros. Os Puruborás seguiram cortando seringa para o “patrão” do SPI em troca de mercadorias. Até que, em 1949, José Félix falece e os Puruborá ficam sem encarregado do SPI, que por sua vez nega o envio de um substituto com a justificativa que o povo já estaria muito mestiçado. A partir de então a maioria do grupo seguiu para Limoeiro, no rio São Miguel, onde seguiram cortando seringa para outros seringalistas, com exceção da família de Paulo Aporeti que permaneceu na terra Puruborá até 1983, quando a deixaram por motivos de saúde. Ainda segundo o CIMI-RO (2002: 59) Paulo Aporeti trabalhou abrindo uma picada onde viria a ser construída a BR-429 (que liga Costa Marques a Presidente Médici). Sua irmã, conhecida como Dona Emília, voltou para o território Puruborá em 1955, onde criou seus nove filhos. Mais tarde, em 1994, a família de Dona Emília foi expulsa pela FUNAI, que alegou que estavam na divisa da T.I. Uru-Eu-Wau-Wau; passando a habitar na beira da BR-429 na beira do rio Manoel Correia.

Os remanescentes da etnia Puruborá vivem hoje nos municípios de Seringueiras, São Francisco, Costa Marques, Porto Velho e Guajará-Mirim e são hoje aproximadamente duzentas pessoas.

Configuração atual da ocupação na Terra Indígena Uru-Eu-Wau-Wau

Hoje os Amondawa vivem em uma grande aldeia próxima ao igarapé Trincheira (afluente do rio Urupá) no limite leste da TI, no atual município de Mirante da Serra, com cento e poucos indivíduos e os Uru-Eu-Wau-Wau vivem em seis aldeias e totalizam cerca de 100 indivíduos. Quatro das aldeias dos Uru-Eu-Wau-Wau se localizam na parte Leste da TI, sendo uma há 12km ao norte da aldeia dos Amondawa, junto ao alto rio Jaru, pouco mais à nordeste (cerca de uns 20km) e mais abaixo no rio Jaru fica a aldeia 623 que leva este nome por estar localizada no final da linha 623 de assentamento de colonização do INCRA, esta aldeia está onde houve uma antiga colocação de seringa chamada Cajueiro. Pouco mais ao norte, cerca de 4 km tem a aldeia 621, localizada no final da linha 621 do INCRA (estas duas aldeias tem como localidade mais próxima o distrito de Tarilândia, pertencente ao município de Jaru) e por fim a última aldeia do lado leste da TI, localizada ao norte da linha 621 à uns 40 km está a aldeia Jamari localizada junto ao rio Jamari, próxima a localidade de Colina verde.

No norte da Terra Indígena se encontra a aldeia do Alto Jamari. A mais populosa dentre as aldeias dos Uru-Eu-Wau-Wau com pouco mais de quarenta indivíduos. Esta aldeia, apesar de mais isolada que as até aqui apresentadas, fica próxima ao município de Campo Novo de Rondônia. Este

município se destaca dos até então citados por ter como base de sua economia o garimpo de cassiterita, enquanto os outros têm suas economias baseadas principalmente na pecuária leiteira e de corte e em menor proporção no cultivo do café e do cacau.

Na porção oeste da Terra Indígena se encontram as outras três aldeias de índios não autônomos e todas elas estão localizadas junto ao rio Pacaás Novos. Bem próximo ao limite da Terra Indígena e mais a jusante no rio Pacaás Novos está a aldeia dos Uru-Eu-Wau-Wau do Limoeiro, nela moram apenas três homens que foram uns dos principais responsáveis pelos inúmeros ataques aos não-índios e até hoje não lidam e nem aceitam bem o contato. Pouco mais à montante se encontra a aldeia dos Cabixi e bem mais à montante está a aldeia dos Oro-In.

Os grupos indígenas autônomos, segundo estudos e levantamentos da Frente de Proteção Etno-Ambiental do Guaporé (vinculada à coordenação de Índios Isolados da FUNAI), presentes na Terra Indígena Uru-Eu-Wau-Wau estão localizados na porção sul da Terra, estando os Jururei no sudeste da Terra, nas imediações da Serra da Onça, um outro grupo Kawahib ainda não identificado (mas provavelmente algum grupo remanescente dos Amondawa) mais no centro sul da TI, nas imediações da Barreira de proteção no rio Bananeira, no município de Seringueiras e pouco mais à oeste, já no município de São Francisco do Guaporé, os Yvyiraparaquara. Este provavelmente é o grupo com maior contingente populacional na Terra Indígena, sendo estimados em mais de 200 indivíduos.

Hoje, vivendo entre os Uru-Eu-Wau-Wau, há também os últimos remanescentes da etnia Kawahib conhecida como Juma. A terra tradicional dos Juma é no Amazonas, no município de Lábrea. Eles são o único grupo Kawahib que cruzaram o Madeira, viviam na margem esquerda do Madeira, mas desde 2000 eles estão na TI Uru-Eu-Wau-Wau, para onde foram levados depois de terem sido transferidos para Porto Velho para tratamento médico de dois dos sete membros do grupo. Foram levados com a intenção de casarem as três mulheres do grupo com homens Uru-Eu-Wau-Wau. Na década de 1960 os Juma eram cerca de 200 pessoas vivendo no igarapé Onça, próximo à Tapauá-AM, mas sofreram um massacre do qual sobreviveram apenas 15 pessoas que se refugiaram no igarapé Joari. Hoje restam sete pessoas do grupo, um homem velho e suas três filhas, casadas com Uru-Eu-Wau-Wau e três crianças.

Configuração atual do entorno da Terra Indígena Uru-Eu-Wau-Wau

Durante os séculos que se seguiram após a conquista europeia a produção do espaço no Brasil seguiu um contínuo processo de expansão territorial para oeste, noroeste e norte, partindo do centro sul do país. Helena Mesquita, ao discutir o campo brasileiro apresenta uma importante faceta do processo de expansão territorial, ao dizer que ele "[...] atingiu de forma diferenciada os diversos segmentos sociais, desencadeando um movimento migratório de dois tipos distintos. O primeiro movimento, que atingiu um número maior de pessoas, foi constituído pelos que ficaram marginalizados do processo produtivo que se instalava: foram posseiros, agregados e pequenos proprietários que ficaram alijados do contexto modernizante. O segundo movimento, ou segmento social que se deslocou, foi o dos empresários bem sucedidos. Estes, após verem diminuir suas possibilidades de expansão no lugar de origem, estavam aptos a 'ocupar' outras áreas onde as terras eram mais baratas e onde poderiam expandir seus empreendimentos e estendê-los sobre terras indígenas e de posseiros em um processo predatório com total apoio do Estado. Normalmente tais empresários dispunham de vultoso capital financeiro e *know how* aliados a uma legislação agrária e agrícola que incentiva e privilegiava a grande produção, principalmente destinada a exportação. [e destaca em nota que:] Em Rondônia isto fica muito claro, visto que os camponeses tiveram dificuldade em entrar na terra e mais dificuldade ainda em se manter na terra. E os empresários agrários expandem, não tanto seus empreendimentos produtivos, mas suas áreas de especulação." (Mesquita, 2001: 58).

Os seringueiros e seringalistas

Os seringueiros, bem como os seringalistas que permaneceram em Rondônia após os dois ciclos da borracha passaram por situações complicadas e tiveram que se adaptar, aprendendo muito

com os colonos recém chegados do sul sudeste e nordeste do Brasil, ou se desfazer de suas posses e seguir para áreas onde a colonização agrícola ainda não havia chegado, para poderem continuar vivendo como estavam acostumados.

Em sua maioria os seringalistas tiveram direito concedido pelo estado brasileiro à 2 mil hectares de terra, sendo que seus seringais abrangiam em média 20 km por 20 km, ou seja tinham 40 mil hectares e passaram a ter 2 mil. Quantia que inviabilizava a produção da borracha. Ou seja ou eles mudavam de atividade ou vendiam suas terras aos colonos e tomavam outro rumo na vida.

A grande maioria acabou parcelando e vendendo seus lotes e indo para as cidades tocar pequenos comércios, ou ficando com parte das terras, vendendo gradativamente a madeira e instalando fazendas de pecuária de corte. Já os seringueiros tiveram que se juntar aos colonos e reivindicar ou ocupar lotes e aprender a produzir lavoura branca (arroz, feijão, milho, etc.).

Tivemos a oportunidade de entrevistar um seringalista que trabalhava na bacia do São Miguel, o Senhor Adenilson Coelho de Carvalho, conhecido como Seu Massu. Ele, hoje com 60 anos, comprou seu seringal de uma pessoa que havia comprado, por sua vez, do filho da dona Emília Puruborá. Com a colonização agrícola ele além de ter seus 40 mil hectares reduzidos para 2 mil, sofreu ainda outra redução, pois em suas terras foi implantada a cidade de São Miguel do Guaporé e ele acabou ficando com 200 hectares, sem ter recebido nada por isto.

O filho do Senhor Massu, chamado Evanildo de Carvalho, hoje com 32 anos, nos contou como foi seu primeiro contato com a colonização agrícola. Ele tinha cerca de 12 anos e estava indo levar umas mercadorias em mulas para a colocação de seringa seguinte na trilha onde hoje está a BR-429. No caminho escutou um barulho muito alto que ele nunca havia escutado. Quando chegou perto viu homens derrubando árvores com moto-serras que disseram para ele voltar porque aquilo tudo não era mais seringal e que o progresso estava chegando a região. Ele, assustado, retornou de pressa sem realizar a tarefa a que tinha sido incumbido e a partir daquele dia sua vida de fato passou a mudar radicalmente.

Rapidamente a floresta foi sendo retirada e em seu lugar foi sendo estabelecido cultivos agrícolas de campo aberto e foi ocorrendo a construção da localidade onde hoje é o município de São Miguel do Guaporé. A família do Senhor Massu se apressou para cercar um bom lote de terra na cidade para garantir um lugar ali, porque a velocidade com que famílias chegavam para morar era tamanha que se ele demorasse ficaria sem nem se quer uma casa na cidade. Tiveram que aprender a plantar arroz, feijão, verduras e tudo o mais que nunca haviam plantado, pois até então viviam dos alimentos que a floresta disponibilizava. Aprenderam muito com os paranaenses, capixabas e mineiros que foram chegando e se tornando seus vizinhos. Evanildo contou que tinha vergonha de ser filho de seringueiro, que os garotos zombavam dele por isso e ele queria ser qualquer outra coisa, menos filho de seringueiro, pois seringueiro era algo atrasado. Hoje ele vê o valor da sua origem e todo o conhecimento que ele e sua família têm da região, coisa que os recém chegados não têm.

Não tivemos a possibilidade de conversar com muitos ex-seringueiros porque a maioria não se encontra mais na região, ou por já terem morrido ou por terem migrado. O que impossibilitou colher relatos sobre as histórias dos conflitos com os indígenas na região. Inclusive quando o Senhor Massu se estabeleceu na região os índios já estavam afastados no alto das serras e ele não chegou nem a ter contato com eles, apenas escutou histórias dos massacres contadas pelos mais antigos.

A Terra Indígena Puruborá

Recentemente os Puruborá, por iniciativa, apoio e estímulo do CIMI passaram a reivindicar a categoria de indígenas,, pois até então eram considerados extintos pela FUNAI. Com a aceitação por parte da FUNAI de que eles ainda seriam uma etnia indígena eles passaram a reivindicar a demarcação de suas terras tradicionalmente ocupadas.

Esta questão é muito problemática e delicada, pois muitos indígenas e não indígenas da região afirmam que as pessoas que estão reivindicando serem índios Puruborá não seriam índios. Isso se

deve a muitos fatores, a começar pela não afirmação da categoria de índios quando da demarcação da TI Uru-Eu-Wau-Wau. Eles na época trabalhavam como seringueiros e também não quiseram a demarcação de uma reserva extrativista quando elas estavam sendo demarcadas no Estado. Muitas das famílias venderam suas terras que tiveram direitos por serem seringueiros e agora estão reivindicando as mesmas como Terra Indígena. Em campo pudemos entrevistar a dona Emília que seria a pessoa mais velha entre os Puruborá e ela não falou muito com medo da situação, pois está sendo muito pressionada por fazendeiros da região. Os índios Amondawa e Uru-Eu-Wau-Wau afirmam veementemente que eles não são índios e que atuaram junto com seringalistas em muitos dos massacres praticados contra eles ao longo do século XX.

Uma das propostas demarcatórias da Terra Indígena Puruborá seria dentro dos limites da TI Uru-Eu-Wau-Wau e como esta área localizada entre dois contribuintes do rio São Miguel, que fica razoavelmente próximo do território tradicional dos Amondawa, estes já avisara que entraram em guerra contra eles caso isto siga em frente. Esta postura mostra de fato que os puruborá se diferenciam etnicamente dos não-índios perante os Kawahib, por outro lado muitos dizem que eles não são mais índios e estão utilizando desta possibilidade de afirmação étnica para terem acesso à todos os recursos que a condição poderá disponibilizar.

O CIMI, enquanto idealizador da proposta vê esta possibilidade como uma oportunidade de reflorestamento de áreas degradadas e a religação florestal entre a floresta da TI Uru-Eu-Wau-Wau e a floresta da Reserva Biológica do Guaporé, uma vez que a principal proposta e o território de fato tradicional dos puruborá se encontrar entre as duas glebas ainda florestadas.

A Kanindé – Associação de Defesa Etno-Ambiental classifica tanto a postura do CIMI como a dos Puruborá como oportunista e temem a ampliação da pressão sobre a TI Uru-Eu-Wau-Wau uma vez que muitas denúncias de parentes da Dona Emília Puruborá realizarem com frequência garimpo e retirada de madeira de dentro dos limites da TI.

A finalidade para aquela porção do território do estado brasileiro fica clara ao vermos o posicionamento do chefe da ajudância de Guajará Mirim da FUNAI, Sr. Laércio, que em relatório datado do dia 03 de maio de 1988, frente à presença indígena na área diz que não deveria ser criada uma reserva indígena no local de ocupação indígena porque isto traria prejuízo à seringueiros, seringalistas e ao INCRA, que estava criando um projeto fundiário em Costa Marques. E alerta ainda para que a FUNAI envie um sertanista para a área para realizar o contato pois se não os seringalistas o fariam (Kanindé, 2002: 11-2).

A extração da floresta – madeireiros, fazendeiros e colonos

Como já exposto de maneira breve, anteriormente, considerando os grandes domínios morfoclimáticos a área de estudo apresenta fisionomia fitogeográfica de transição entre Cerrado e a Floresta Amazônica. Esta transição foi descrita por Aziz Ab'Saber da seguinte forma: "Para quem faz pesquisas nos confins de Mato Grosso, no extremo norte de Tocantins ou no centro do Maranhão [assim como o centro e sul de Rondônia] é fácil saber onde começa a Amazônia. Quando as florestas deixam de ser apenas galerias amarradas ao fundo aluvial dos vales; quando as matas sobem e fecham as vertentes e interflúvios das colinas onduladas, onde antes, para o sul, o sudeste e o leste existiam extensos cerrados; ou ainda, quando cerrados e matas secas cedem lugar para intermináveis florestas de 'terra firme': aí começa a Amazônia. Em várias faixas de contato entre cerrados e matas na periferia da Amazônia ocorrem mosaicos complexos de paisagens de retalhos de chapadões ou baixos platôs com cerrados, e colinas onduladas e serrinhas com matas de 'terra firme' ou orográfica. [...]" (Ab'Saber, 2002: 8). O ecossistema predominante na área de estudo é o da Floresta Amazônica de Terra Firme; e no alto das serras, campos, veredas e capões de mata, configurando as fisionomias do Cerrado, com florestas-galeria e veredas nos fundos dos vales e anfiteatros de nascentes, assim como, nos lugares mais secos e/ou pedregosos a fisionomia dos campos rupestres.

Os processo de retirada da floresta na região amazônica não tem ligação com especificidades fitogeográficas regionais, mas está calcado na estrutura fundiária do país, que segue, desde a lei de

terras, em 1850, concentrada e impossibilitada de ser acessada pela grande maioria dos trabalhadores do campo.

"[...]. Esta é uma lei da economia capitalista, o trabalhador deve ser livre para trabalhar para o capital, e não ser livre para trabalhar para si próprio.

Assim, o processo de expropriação centenário do campo brasileiro tem, em sua marcha, liberado uma fração de trabalhadores, que têm recusado a proletarização iminente, e buscando nas terras distantes a tentativa de se reproduzirem como trabalhadores livres.

É por aí que devemos entender o processo centenário de 'marcha para o oeste' que esses trabalhadores camponeses têm feito, tornando-se posseiros nas novas áreas ocupadas. Posseiros de terras indígenas, pois são esses povos que têm assistido ao 'encolhimento' de seus territórios, primeiro pela posse dos posseiros e, depois, pelo 'grilo' dos grandes grupos econômicos capitalistas." (Oliveira, 1995: 91).

Em Rondônia o processo não foi diferente. A partir da década de 1960 as terras do então Território Federal foram tomadas de assalto dos índios e grupos de seringueiros. Que foram, em sua maioria, expropriados de suas terras e ignorados pelos programas governamentais que não consideraram as organizações sociais pré-estabelecidas nas áreas amazônicas que serviram de receptáculo para seus projetos (Amaral, 2004: 50). E embora tenham sido criadas algumas terras indígenas em Rondônia estas acabam sendo caracterizadas como espaços de confinamento e não são respeitadas pelos que chegam para compor os assentamentos do INCRA, que dão prosseguimento aos massacres dos indígenas. (Mesquita, 2001: 55).

A rodovia federal BR-364, que liga Cuiabá à Porto Velho efetivou a ocupação de Rondônia na década de 1970. Ao longo de seu trajeto (que se estabeleceu sobre a antiga linha telegráfica construída pelo Marechal Cândido da Silva Rondon) foram implementados dois tipos de projetos de colonização, sendo os Projetos Integrados de Colonização (PIC) e os Projetos de Assentamento Dirigido (PAD) (Amaral, 2004: 56).

"O estado de Rondônia recebeu, entre os anos de 73 e 85, mais de 110 mil famílias de migrantes candidatos a parceiros nos projetos de colonização do INCRA. Entretanto, desse total apenas 30 mil conseguiram chegar ao lote de terra através do INCRA. (Minc, 1985: 41)." (Oliveira, 1995: 100).

Para chegar ao lote de terra o migrante necessitava primeiramente retirar a floresta por completo da área pretendida e implementar lavoura branca, pois só assim o INCRA emitiria o título de propriedade do lote (Amaral, 2004: 99-100). Porém, ao mesmo tempo, a legislação florestal da época proibia a retirada de mais de 50% da floresta dos lotes.

Os colonos desmatam seu lote e passam a cultivar a lavoura branca, porém com o passar dos primeiros anos a fertilidade dos solos advinda da abundância de nutrientes provenientes da floresta vai sendo perdida pela erosão e pelo pouco ou quase nenhum insumo de nutrientes nos solos. Com isso a produtividade e a qualidade das lavouras cai significativamente, fazendo com que muitos acabem partindo para a implementação de pastos para a criação de gado, ou seguem para novas áreas para desmatá-las e aproveitar os primeiros anos de fertilidade e produtividade certa.. E seguir na sua condição de eterno migrante.

A criação de gado porém, para o pequeno produtor se limita ao gado leiteiro, pois para se obter boa renda do gado de corte é necessário ter extensas áreas, só possíveis aos fazendeiros. Esta realidade faz com que boa parte dos pequenos proprietários de Rondônia fiquem reféns do preço do leite e tenham que comprar todos os seus alimentos no mercado. E basta uma queda no valor do leite para muitos se endividarem e terem que se desfazer de seus lotes para saldar dívidas. Contribuindo para a concentração fundiária por parte dos fazendeiros criadores de gado de corte, ou apenas especuladores fundiários.

Outras duas produções agrícolas exitosas em Rondônia são o cultivo do café e do cacau. Porém mesmo eles vêm gradativamente perdendo espaço para o gado leiteiro. Esta migração produtiva tem inúmeros fatores, mas o mais evidente é o fato do manejo do gado dar muito menos

trabalho ao produtor frente à constante capina e poda necessárias no cultivo do cacau e do café.

Apresentamos agora uma seqüência de imagens de satélite que ilustram bem a velocidade com que o processo de colonização agrícola de Rondônia desmatou florestas do Estado ao longo das primeiras décadas de sua implantação.

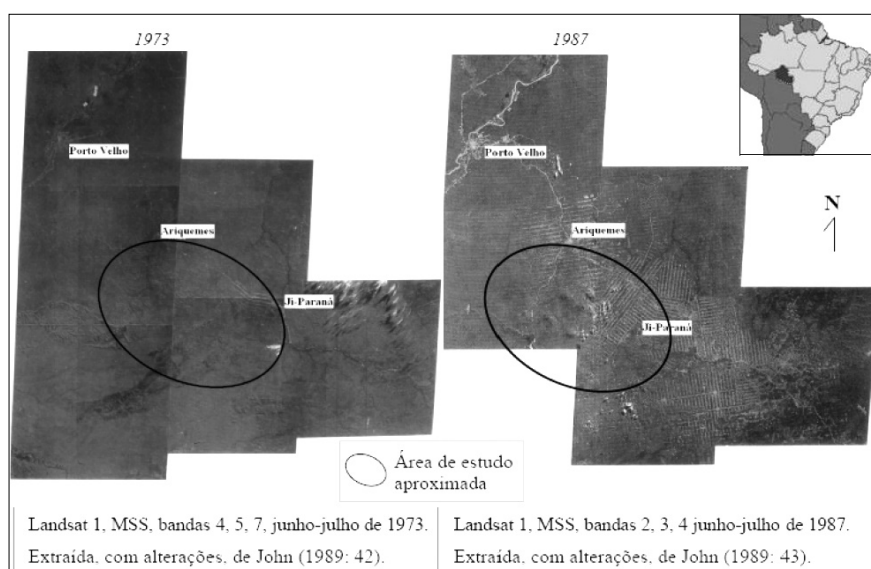
Todas as imagens trazem em destaque a localização aproximada das cidades de Porto Velho (capital do Estado), Ariquemes e Ji-Paraná (duas importantes cidades localizadas ao longo do eixo da rodovia BR-364) para uma melhor referência.

As duas primeiras imagens apresentam boa parte do estado de Rondônia nos anos de 1973 e 1987. Em um período de catorze anos já é possível perceber a dimensão do impacto gerado pela forma com que ocorreu a colonização.

Enquanto no ano de 1973 pouco ou quase nada se via das áreas desmatadas - que aparecem na coloração cinza claro - em 1987 estas áreas já conformam tramas extensas adentrando às áreas florestadas - que aparecem em uma tonalidade de cinza mais escuro.

Imagens 4 e 5

Estado de Rondônia 1973 e 1987



As tramas observadas na Imagem de 1987 seguem um eixo principal no sentido noroeste-sudeste, conformando as margens e vias vicinais da rodovia BR-364. Saindo dele podem ser observadas uma infinidade de linhas paralelas umas as outras evidenciando o desmatamento em processo. Estas linhas são estradas vicinais e os lotes em suas margens em processo inicial de desmatamento.

As próximas duas imagens mostram o estado de Rondônia nos anos de 2004 e 2006.

A imagem de 2004, dezessete anos depois, mostra uma grande diferença se comparada à imagem de 1987, pois já evidencia uma grande mancha cinza claro ao longo do eixo da rodovia BR-364, mostrando o desfecho do desmatamento nas áreas onde ele vinha ocorrendo. Também é possível perceber novos eixos de desmatamento sendo estabelecidos. Sendo um ao longo da rodovia BR-429, localizada ao sul da Terra Indígena Uru-Eu-Wau-Wau e outro ao norte, ao longo da rodovia BR-421. Destacamos ainda que já é possível delinear boa parte dos limites norte, leste e sul da Terra Indígena Uru-Eu-Wau-Wau sem a necessidade de traçar uma linha.

Imagem 6
Estado de Rondônia 2004

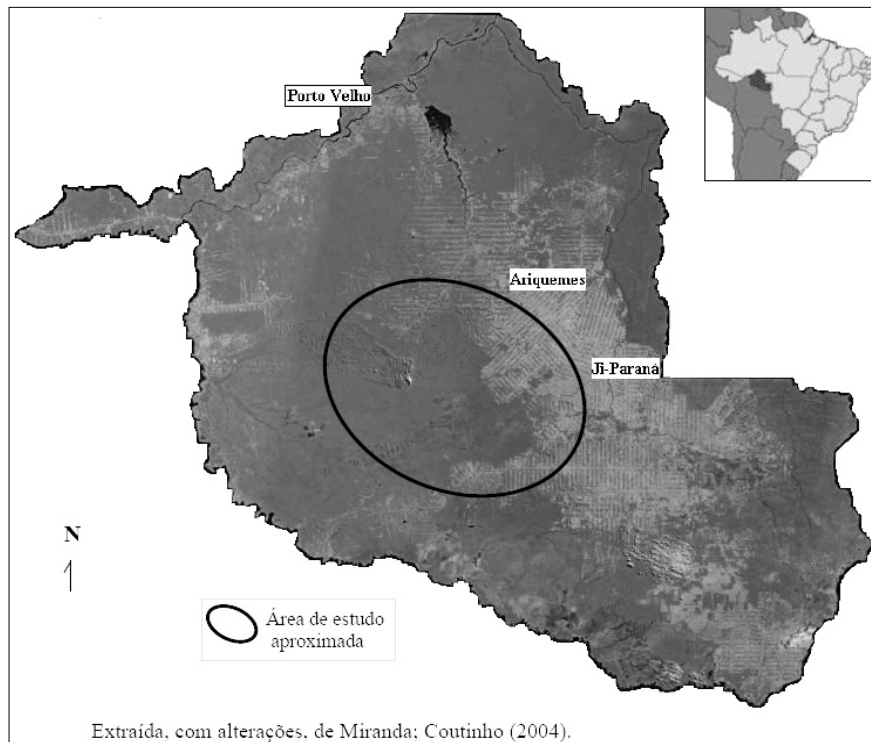
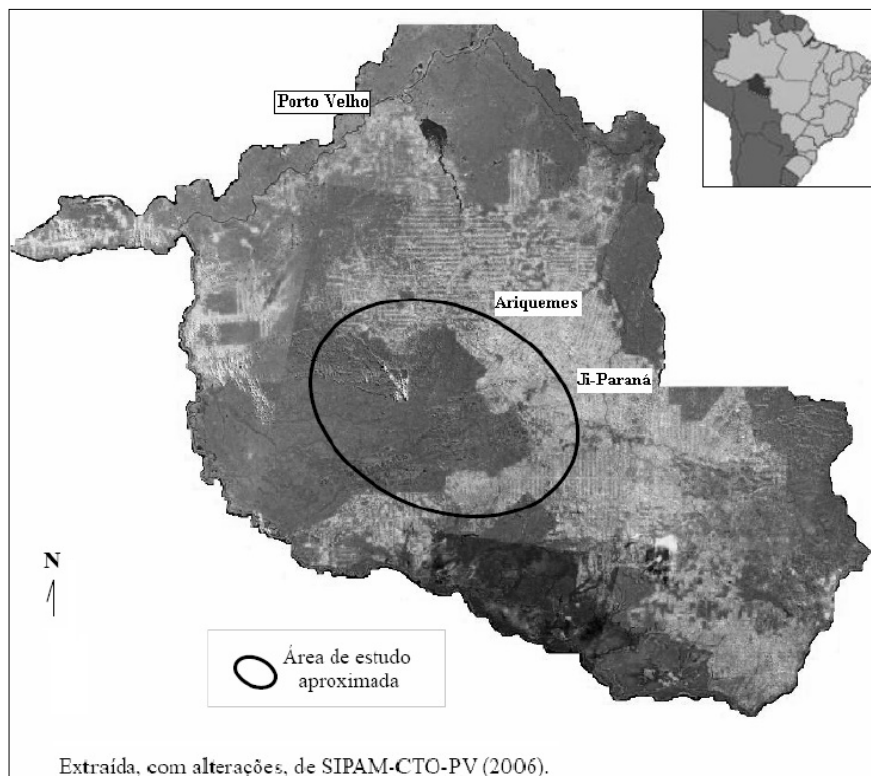


Imagem 7
Estado de Rondônia 2006



A imagem de 2006 chega a ser assustadora tamanha a área desmatada e principalmente a velocidade da aceleração do desmatamento ocorrida entre 2004 e 2006. esta imagem evidencia um outro aspecto importante. Só restam florestas nas Terras Indígenas e nas Unidades de Conservação

no estado de Rondônia.

Além do generalizado processo de retirada completa da cobertura florestal nas áreas ocupadas pela colonização agrícola ao longo das últimas décadas no estado de Rondônia e o processo de concentração de terras já descrito, Amaral destaca que também ocorreu uma fragmentação dos lotes. "A minifundização ocorreu para que os filhos ou parentes dos parceiros tivessem acesso à terra, ou ainda quando se desfizeram de parte do lote para saldar dívidas.

Na iminência de serem expropriados, os colonos vêm na agregação a forma de resistirem ao capital." (Amaral, 2004: 58-9).

Atualmente em Rondônia madeiras como o Mogno e a Cerejeira praticamente só são encontradas em áreas públicas e nas reservas em bloco de alguns dos assentamentos do INCRA, o que tornam essas áreas cobiçadas pelos que vivem da extração predatória e ilegal de produtos madeireiros.

Para alarme maior sobre a extensão e grau de devastação das florestas temos a constatação de que, apesar das imagens de satélite atuais registrarem desmatamentos e queimadas, elas não detectam a retirada seletiva de madeira ou fogo o chão (Schwartzman, 2000: 259). O que explicita uma de nossas inquietações teóricas, pois diagnósticos construídos apenas com o suporte ferramental do meio tecno-científico-informacional, em amplas escalas de análise, não são capazes de suprirem a experientiação espacial local das áreas estudadas.

A Terra Indígena Uru-Eu-Wau-Wau, por exemplo, tem, segundo funcionários da FUNAI e da Kanindé, uma faixa de seu interior a partir de seus limites norte, leste e sul de uma média de 20 km de florestas seletivamente furtadas, ou seja, já não há nesta faixa quase nenhuma madeira de alto valor comercial pois já foram roubadas.

Stephan Schwartzman diz que as experiências mais promissoras para a proteção das florestas se originam em nível local, como resultado da mobilização de povos indígenas e outros grupos sociais como os seringueiros, "[...] assim como ONGs nacionais e internacionais que apoiam a defesa dos direitos indígenas e tradicionais sobre a terra. [...]". (Schwartzman, 2000: 257).

Gostaríamos de destacar agora a ação do Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA) que atua em vários estados do Brasil e inclusive em Rondônia. Tivemos a oportunidade de conhecer o trabalho do Movimento e vemos suas ações como cruciais, tanto para os pequenos produtores, como para os grupos indígenas. Boa parte da pressão sobre as terras indígenas é ocasionada por um grande número de trabalhadores, tanto do campo como da cidade, que por falta de opções dignas de vida acabam sendo iludidos por pessoas que, se aproveitando da situação, às utilizam para alcançarem objetivos, como por exemplo a diminuição das terras indígenas e ou a exploração de seus recursos. O MPA trabalha com o objetivo de fazer com que o pequeno produtor consiga ficar no seu lote, não tendo que continuar migrando e abrindo novas áreas para os grandes capitalistas virem depois do trabalho pesado feito e se apropriarem delas.

O MPA, segundo sua diretoria estadual, trabalha para tirar o agricultor do mercado, do hospital e do banco. Estes princípios são fantásticos, pois se o agricultor não entra no mercado, significa que ele produz tudo, ou quase tudo, que precisa para alimentar sua família (focam na diversificação da produção); se o agricultor não entra no hospital significa que ele tem uma vida e uma alimentação saudável (focam na produção agroecológica); e por fim se o agricultor não entra no banco significa que ou ele não se endivida ou não necessita de pegar empréstimos (focam em uma produção com pouco insumo externo e no cooperativismo).

Este movimento, apesar de não ser no presente, pode ser um importante aliado da causa indígena, pois ele conseguindo realizar seus objetivos ajudará com que diminua consideravelmente as pressões sobre as terras e recursos dos índios.

Hoje em dia tanto os índios como os funcionários da FUNAI e demais pessoas envolvidas na proteção de terras indígenas em Rondônia afirmam que é melhor ter um grande proprietário como vizinho da TI do que pequenos proprietários, que por terem debilidade produtiva e serem em maior número, constantemente invadem as terras dos índios para retirar madeiras, para caçar, etc. Em

contra partida a incidência de grandes proprietários que desrespeitam as terras indígenas em Rondônia é bem menor, além da fiscalização ser mais fácil de se realizar.

Mineração e garimpo

A cassiterita foi descoberta por garimpeiros em Rondônia no ano de 1952 em uma área de trânsito dos Uru-Eu-Wau-Wau, onde hoje se encontra o Município de Campo Novo de Rondônia. Segundo Oliveira os garimpeiros a exploraram até 1970, quando a extração por garimpo, foi proibida pelo governo federal (Portaria nº 195 de 31/03/1971), dando início a exploração por grandes grupos econômicos (1995: 36-8).

"Os ricos aluviões estaníferos de Rondônia foram responsáveis pela primeira "corrida garimpeira" da Amazônia, na década de 1960 – cerca de 10 mil garimpeiros estiveram envolvidos na produção de cassiterita, número bastante expressivo para a época. No final de década, a garimpagem foi proibida pelo governo federal, passando a produção para a mineração empresarial." (Santos, 2002: 130).

"Somente no início dos anos 1980 é que foram descobertos os mais expressivos depósitos de cassiterita da Amazônia. A jazida do Pitinga, no estado do Amazonas, está em produção por uma empresa de mineração e a de Bom Futuro, no estado de Rondônia, continua com atividade garimpeira, apesar dos esforços governamentais para regularizar uma atividade empresarial [...]." (Santos, 2002: 131).

"A sensível queda do preço do estanho no mercado internacional tem desestimulado a abertura de minas, bem como a busca de novos depósitos." (Santos, 2002: 131). E atualmente a extração da cassiterita no município de Campo Novo de Rondônia é feita por garimpeiros que estão organizados em uma cooperativa e estão tentando regularizar a extração.

Apesar da mineração e do garimpo não ser um problema muito grande na Terra Indígena Uru-Eu-Wau-Wau, há constantemente incursões de garimpeiros para dentro de seus limites com o objetivo de realizarem pesquisas minerais. Não é um grande problema porque nunca nenhuma destas incursões de pesquisa achou nada de interessante, pois basta algum achado para este se tornar se não o maior problema, um dos principais.

Isto porque apesar do direito as terras que tradicionalmente ocupam ser uma garantia dos índios perante a institucionalidade brasileira, o subsolo das terras indígenas ainda é da União, o que torna a real possibilidade de viverem em seus território relativa. A terra Indígena Uru-Eu-Wau-Wau tem todo o seu subsolo loteado de pedido de títulos para pesquisa e extração mineral, com exceção das áreas que se sobrepõe ao Parque Nacional dos Pacaás Novos, pois nestes o subsolo também é protegido.

Por outro lado a mineração em terras indígenas ainda não foi regulamentada, e os atuais conflitos envolvendo a mineração de diamante na terra dos índios Cinta Larga vem pressionando para que se regulamente a questão de modo rápido, o que seria um erro grave, pois correríamos o risco de generalizar questões não generalizáveis, conformando regras que podem gerar mais problemas e desrespeitos aos índios.

A exploração hidroelétrica

Diretamente não há impacto na Terra Indígena Uru-Eu-Wau-Wau provenientes de usinas hidroelétricas, porém seus impactos são indiretos e bastante graves. Existe no baixo rio Jamari a Hidroelétrica Samuel. Ela foi implantada sem nenhum tipo de estrutura para a passagem dos peixes no sentido de montante para a desova, o que diminuiu consideravelmente a diversidade e a quantidade de peixes para toda a bacia a montante do barramento, o que incluiu a Terra Indígena que tem em seus limites todo o alto curso do rio Jamari.

As hidroelétricas que estão projetadas para serem construídas no rio Madeira, geraram alguns importantes impactos sobre a Terra Indígena Uru-Eu-Wau-Wau, pois aumentará a pressão sobre a Terra Indígena por conta do aumento do contingente populacional que migrará para trabalhar na

obra, bem como, com a implementação das barragens e a possibilidade de navegabilidade dos rios Mamoré e Guaporé, que ficaram integrados ao Madeira e conseqüentemente ao Amazonas possibilitará que boa parte da produção agrícola do sul de Rondônia e do Mato Grosso, que segue pela BR-364 para o porto de Porto Velho, sigam, após o término da obra pela BR-429 (localizada ao sul da TI) até a cidade de Costa Marques e desta por rio até o mar. Isto com certeza aumentará consideravelmente o valor das terras ao longo da BR-429 e conseqüentemente a pressão fundiária sobre a Terra Uru-Eu-Wau-Wau.

Considerações finais

Apesar de ainda não finalizado esperamos ter demonstrado um pouco dos problemas gerados por projetos concebidos de maneira distanciada dos locais de implementação, que em longo prazo não se prestam ao que se disseram prestar inicialmente. Exportando riquezas de maneira concentrada e deixando nos lugares vividos o conflito estabelecido e sem rumo nem grandes possibilidades de superação.

A disparidade dos embates ente os grupos indígenas e os demais agente sociais consiste no fato do Estado, dos cientistas e dos grupos econômicos virem para a relação entre as formas de territorialidades munidos de interpretações espaciais concebidas considerando maior número de escalas analíticas e de ferramental técnico para a definição de seus objetivos e estratégias, enquanto os grupos indígenas contam com suas territorialidades vividas e, quando muito, com informações sobre as geografias produzidas com objetivos externos aos seus, ou produzidos por agentes externos parcialmente internalizados.

Esperamos ter contribuir para uma maior visibilidade e potencial político dos agentes sociais hoje subalternos, pois trabalhamos no sentido de explicitar suas territorialidades, assim como os desrespeitos praticados contra elas, possibilitando o mútuo conhecimento e a requalificação das estratégias políticas, tornando-as mais coesas e eqüitativas, frente aos agentes hegemônicos.

Bibliografia

- Ab'Sáber, Aziz Nacib 2002 "Bases para o estudo dos ecossistemas da Amazônia brasileira" em *Estudos Avançados* (São Paulo: IEA-USP) Vol. 16, Nº 45, maio-agosto, p. 07-30.
- _____ 2003 *Os Domínios de Natureza no Brasil: potencialidades paisagísticas* (São Paulo: Ateliê Editorial).
- Amaral, José Januário de Oliveira 2004 *Mata Virgem: Terra Prostituta* (São Paulo: Terceiram Margem).
- Andrade, Manuel Correa de 1989 *Caminhos e descaminhos da geografia*. (Campinas-SP: Ed. Papirus) Série Educando 4^A.Ed.
- CIMI 2002 *Panewa Especial* (Porto Velho: Conselho Indigenista Missionário Regional Rondônia).
- Díaz-Polanco, Héctor 2004 *El Canon Snorri. Diversidad cultural y tolerancia* (Cidade de México: Universidad de la Ciudad de México).
- Dussel, Enrique 2005 (2000) "Europa, modernidade e eurocentrismo" em Lander, Edgardo (Org.) *A Colonialidade do Saber: eurocentrismo e ciências sociais – perspectivas latinoamericanas* (Buenos Aires: Clacso) p. 55-70.
- Funai 2007 *Brasil Indígena* (Brasília: Funai) ano III dez/jan 2007.
- Gomes, Mércio Pereira 2007 "Carta do Presidente" em FUNAI *Brasil Indígena* (Brasília: Funai) ano III dez/jan, p.01.
- Heck, Egon, Loebens, Francisco e Carvalho, Priscila D. 2005 "Amazônia indígena: conquistas e desafios em *Estudos Avançados* (São Paulo: IEA-USP) Vol.19, Nº 53, janeiro-abril p.237-257.
- Kanindé – Associação de Defesa Etno-Ambiental 2002 *Levantamento Etno Histórico da T.I. Uru-Eu-Wau-Wau* (Porto Velho: Kanindé).

- Lander, E. 2005 (2000) "Ciências Sociais: saberes coloniais e eurocêntricos" em Lander, E. *A Colonialidade do Saber: eurocentrismo e ciências sociais – perspectivas latinoamericanas* (Buenos Aires: Clacso) p. 21-53.
- Leão, Maria Auxiliadora Cruz de Sá et al. 1985 *Relatório de identificação da TI Uru-eu-wau-wau* (Brasília: FUNAI).
- Martin, André Roberto 1993 "As Fronteiras Internas e a 'Questão Regional' do Brasil. Tese de Doutorado, São Paulo, PPGeo-FFLCH-USP.
- Melatti, Julio Cezar 1980 *Índios do Brasil* (São Paulo: Hucitec) Caps. 3, 14 e 15.
- Menéndez, Miguel A. 1989 "Os Kawahiwa. Uma contribuição para o estudo dos Tupi centrais". Tese de Doutorado, São Paulo, FFLCH-USP.
- Mesquita, Helena Angélica de 2001 "Corumbiara: O Massacre dos Camponeses. Rondônia, 1995". Tese de Doutorado, São Paulo, PPGeo-FFLCH-USP.
- Mignolo, Walter 2005 "A colonialidade de cabo a rabo: o hemisfério ocidental no horizonte conceitual da modernidade" em Lander, Edgardo *A Colonialidade do Saber: eurocentrismo e ciências sociais – perspectivas latinoamericanas* (Buenos Aires: Clacso), p. 71-103.
- Nimuendajú, Curt. 2002, 1981 (1948) *Mapa etno-histórico* (Rio de Janeiro: IBGE/Fundação Nacional Pro-Memória, Edição fac-similar).
- _____ 1982 "Os índios Parintintin do Rio Madeira (1924)" em *Textos Indigenistas: relatórios, monografias, cartas* (São Paulo: Ed. Loyola) p. 46-110.
- Noeli, Francisco Silva 1996a "As hipóteses sobre o centro de origem e rotas de expansão dos Tupi" em *Antropologia* (São Paulo – Departamento de Antropologia – FFLCH-USP) Vol. 39, Nº 2, p. 07-53.
- _____ 1996b "Resposta a Eduardo V. de Castro e Greg Urban" em *Antropologia* (São Paulo – Departamento de Antropologia – FFLCH-USP) Vol.39, Nº 2, p.105-118.
- Pinto, Márcio Teixeira 2002 "História e cosmologia de um contato. A atração dos Arara" em Albert Bruce; Ramos, Alcida Rita (Org.). *Pacificando o branco: cosmologias do contato no norte amazônico* (São Paulo: Editora da UNESP) p. 405-429.
- Porto-Gonçalves, Carlos Walter 2001 "Da geografia às geo-grafias: um mundo em busca de novas territorialidades". Apresentado na II Conferência Latinoamericana y Caribeña de Ciencias Sociales. Grupo de Trabajo de Economía Internacional. Universidad de Guadalajara, México, 21-22 de novembro.
- _____ 2005 *A Reinvenção dos Territórios: a experiência latino-americana e caribenha*. (Bogotá: Clacso) Grupo de Trabalho "Hegemonias y Emancipaciones.
- _____ 2006 *A globalização da natureza e a natureza da globalização* (Rio de Janeiro: Civilização Brasileira).
- Raffestin, Claude 1993 (1980) *Por uma geografia do poder* (São Paulo: Editora Ática) Série Temas Vol. 29 - Geografia e Política, tradução: Maria Cecília França.
- Ribeiro, Darcy 1970 *Os índios e a civilização* (São Paulo: Circulo do livro S.A.).
- Rolla, Alicia; Ricardo, Fany Pantaleoni (coord.) 2004 *Amazônia Brasileira 2004* (São Paulo: Instituto Socioambiental).
- Sack, Robert David 1986 *Human territoriality: its theory and history* (Cambridge University Press).
- Santos, Breno Augusto dos 2002 "Recursos minerais da Amazônia" em *Estudos Avançados* (São Paulo: IEA-USP) Vol. 16, Nº 45, maio-agosto p.123-152.
- Santos, Milton 2003 (1996) *A Natureza do Espaço* (São Paulo: EDUSP) Coleção Milton Santos; 1.
- Schwartzman, Stephan 2000 "Florestas Cercadas: Lições do Passado, Propostas para o Futuro" em Diegues, Antonio Carlos (Org) *Etnoconservação: novos rumos para a proteção da natureza nos Trópicos* (São Paulo, Hucitec; Nupaub-USP) p. 257-272.
- Simonian, Lígia Teresina Lopes 1999 "Direitos e controle territorial em áreas indígenas

amazônidas: São Marcos (RR), Urueu-Wau-Wau (RO) e Mãe Maria (PA)" em Kasburg, Carola; Gramkow, Márcia Maria (orgs.). *Demarcando terras indígenas: experiências e desafios de um projeto de parceria* (Brasília: FUNAI/PPTAL/GTZ) p. 65-82.

Souza, Marcelo José Lopes de 1995 "O território: sobre espaço e poder, autonomia e desenvolvimento" em Castro *et. al.* (orgs.) *Geografia: conceitos e temas*. (Rio de Janeiro: Bertrand Brasil) p. 77-116.